

Lobby amador não atinge a Constituinte

Uma honrosa exceção quanto à mobilização política durante o encontro, contudo, deve ser feita para a apresentação através da SBPC de duas emendas populares, a serem encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte. A primeira proíbe a fabricação, armazenamento e transporte de armas nucleares no território nacional e é contra a utilização de energia nuclear com fins militares, que até o dia 15 de julho, já havia conseguido 55 mil assinaturas (o mínimo é de 30 mil). A segunda emenda, regulamenta a pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas, no sentido de que sejam efetuadas pela União em regime de monopólio.

A própria presidente da SBPC, professora Carolina Bori, aderiu à campanha que diz não às armas nucleares para fins militares, como uma manifestação imprescindível em prol da paz mundial. A emenda, que preserva terras indígenas contra a invasão das multinacionais, que querem explorar as riquezas minerais nelas contidas, foi encaminhada, além da SBPC, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage) e a União das Nações Indígenas (UNI).

Lobby

A completa desarticulação dos cientistas sob o ponto de vista político, é também evidenciada pela forma de pressão utilizada por eles na Constituinte. Um dos cientistas eleito constituinte, o deputado e sociólogo Florestan Fernandes (PT-SP) reconhece que o lobby feito pela área científica do País, é modesto. Não há como concorrer com o poderoso lobby dos grandes grupos econômicos. «Nosso lobby é quase amador» — conforma-se Florestan. Como os cientistas podem ver incluídas no texto constitucional propostas encaminhadas através de um lobby amador? A essa pergunta, a professora Carolina Bori responde com otimismo: «Confiamos na consciência dos 559 constituintes».

Outro sintoma da distância entre a política e a SBPC, pode ser medida pela total ausência do governo ou de lideranças partidárias ao encontro. Apenas uma autoridade se fez presente na solenidade de abertura da 39ª Reunião: o secretário-geral do ministério da Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho, representando o ministro Renato Archer, que encontrava-se fora do Brasil. Mesmo assim, o economista e professor licenciado da Unicamp, Luciano Coutinho, foi vaiado. Uma ironia. Nos anos da ditadura militar, Luciano Coutinho era uma das presenças mais constantes e polêmicas nos debates efetuados pela SBPC.



Para Carolina, SBPC mantém a tradição de debater problemas

Reunião continua sendo canal livre

Buscar sempre o significado do conhecimento científico para a população brasileira. Esta, segundo a presidente Carolina Bori, deve ser a principal meta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Tida como um dos únicos canais livres durante a época da ditadura, a SBPC nem por isso perdeu o seu papel de debatedora dos problemas nacionais.

De acordo com Carolina Bori, uma das principais vertentes desta continuidade de discussão da realidade, foi a importância dada à elaboração da Constituição. Vários simpósios e mesas redondas relacionaram diversos temas como educação, saúde e meio ambiente, à Constituinte e os principais líderes políticos do país tomaram conhecimento de documentos com a posição oficial desta 39ª reunião anual da entidade sobre estes assuntos.

A aproximação entre ciência e realidade se deu também com a prática, nova na SBPC, dos seminários e reuniões multidisciplinares. Vários especialistas de áreas distintas se reuniram para dar depoimentos diferentes sobre um mesmo assunto, deixando cair por terra a velha estrutura acadêmica que subdivide as várias áreas do conhecimento. A professora Carolina Bori, satisfeita com os resultados da experiência, diz que a «confrontação dos vários saberes» contribuiu para uma visão mais completa de alguns temas.

Na prática, as discussões deixaram o academicismo de lado, e, segundo a presidente da SBPC, questões como a produção de alimentos, a energia hidráulica e as particularidades da população brasileira foram destrinchadas em vários subtemas, e vistas pelos aspectos práticos e teóricos. Metodologicamente, a parte da manhã, durante toda a semana,

segundo a professora Carolina Bori, ficou reservada para o mais específico: a apresentação de trabalhos em cada área. A tarde, os simpósios e as reuniões foram mais abrangentes, «mais próximas aos principais problemas nacionais».

Dentro de todas estas discussões que se aproximaram dos problemas brasileiros, uma auto-análise da educação como um todo mereceu destaque especial. A universidade foi posta em questão e uma teoria da organização da SBPC que discute a dotação de verbas públicas somente para o ensino público, acalorou as discussões. De concreto, os cientistas reafirmam que a educação é um direito de todos, desde que seja priorizado um ensino de boa qualidade. Os pesquisadores estão preocupados com esta qualidade nas universidades brasileiras, pois disso depende o futuro das pesquisas científicas. Há a certeza de que o país precisa de mais desenvolvimento na área de ciência e tecnologia, mas questões como o analfabetismo, que afeta toda a qualidade do ensino, também passaram pelo crivo dos cientistas reunidos aqui em Brasília.

Mesmo reconhecendo que a SBPC não é mais o canal que a ditadura esqueceu de calar, Carolina Bori diz que a herança destes tempos difíceis é justamente a insistência na discussão dos problemas do País. «Nossa responsabilidade é muito grande perante a sociedade brasileira», diz a presidente da SBPC. Carolina Bori afirma que toda aplicação do conhecimento científico passa por uma decisão política e que uma das principais preocupações de toda a comunidade científica brasileira deve ser a de detectar onde acaba a pesquisa e onde começa o significado deste conhecimento adquirido para a população.